



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Comissão Organizadora do Processo de Renovação do Conselho Tutelar

RUA JOSÉ MENDONÇA, 1525 – CENTRO – CONQUISTA/MG
CEP: 38.195-000 FONE: (34) 3353 – 1617
WWW.CONQUISTA.MG.GOV.BR SOCIAL@CONQUISTA.MG.GOV.BR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL 001/2019/CMDCA

**AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS PARA INGRESSO NO CARGO DE
CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA – MG**

- *Utilizar apenas caneta de tinta azul ou preta.
- *É vedado o uso de quaisquer aparelhos de comunicação ou eletrônicos durante a avaliação.
- *É proibida a comunicação entre candidatos.
- *Esta avaliação é composta de 25 questões de múltipla escolha e 01 estudo de caso.
- *É proibido qualquer tipo de identificação do candidato na folha de resposta do estudo de caso.
- *Nas questões de múltipla escolha, considerar apenas UMA das alternativas como resposta, transferindo a letra referente a assertiva à folha de respostas.
- *ECA é o mesmo que Estatuto da Criança e Adolescente.

Nome: _____ Doc: _____

Data: _____ ASSINATURA: _____

CÓDIGO: _____

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

01- De acordo com o que estabelece a Lei 8.069/90, assinale a alternativa correta:

- a) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- b) A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo.
- c) Trabalho educativo é a atividade laboral em que as exigências psicológicas relativas ao desenvolvimento produtivo do educando prevalecem sobre o aspecto pessoal e social.
- d) Aprendizagem é a formação técnico-pessoal ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação social em vigor.

02 – Acerca da família, assinale a assertiva correta:

- a) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, apenas separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- b) Família natural é a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus ascendentes.
- c) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição.
- d) O reconhecimento deve preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

03 – Sobre a questão da guarda, prevista do ECA, assinale a assertiva correta:

- a) A guarda não confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
- b) A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar não terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.

- c) Pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber apenas criança mediante guarda, exceto quando for o caso de adolescente.
- d) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

04 – Com relação aos pais, marque a alternativa correta:

- a) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará, automaticamente, a destituição do poder familiar.
- b) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- c) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores e maiores, caso estejam em situação de vulnerabilidade.
- d) O pai tem o dever de transmitir as crenças e culturas aos filhos.

05 – Segundo a Lei 8.069/90, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- b) A criança e o adolescente gozam de direitos fundamentais diferentes dos relativos à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei.
- c) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e quatro anos de idade.
- d) Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, exceto a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento;

06 – Nos termos da Lei 8.069/90, o atendimento pré-natal será realizado por:

- a) Junta médica multidisciplinar.
- b) Profissionais da atenção primária.
- c) Junta médica especializada.
- d) Profissionais da atenção básica do SUS.

07 – A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de:

- a) políticas de saúde e educacionais, lançadas periodicamente em normas expedidas pelos órgãos competentes.
- b) direitos inerentes à sua condição, previstos em políticas culturais humanizadas.
- c) direitos e deveres estabelecidos na legislação, além de políticas sociais que visem a educação continuada e integrada com a família substituta ou natural.
- d) políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

08 – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e:

- a) à convivência familiar e comunitária.
- b) ao acesso à informação.
- c) à interação com os meios digitais.
- d) à convivência nos abrigos e famílias.

09 – O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas:

- a) ao regime de penas do Código Penal.
- b) a medida coercitivas de caráter continuado.
- c) a medida privativa de liberdade.
- d) a medida restritiva de direitos.

10 – É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta:

- a) a convivência típica de família.
- b) a convivência harmônica.
- c) seu desenvolvimento educacional, social e psíquico.
- d) seu desenvolvimento integral.

11 – É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio:

- a) da dignidade da pessoa humana.
- b) da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
- c) da promoção da saúde dos menores.
- d) da preferência dos menores em detrimento dos demais.

12 – É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente:

- a) em abrigos ou casas de menores, desde que com a assistência integral necessária e com o apoio dos órgãos de governo competentes.
- b) em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
- c) em família substituta, assegurada a convivência familiar e social, em ambiente que garanta seu desenvolvimento pessoal.
- d) em abrigos, casas de apoio ou casas de menores, desde que com a assistência essencial e mediante o apoio de ONGS.

13 – A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará:

- a) por mais de 1 (um) ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu pessoal interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária local.
- b) por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- c) por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu pessoal interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária local.
- d) por mais de 1 (um) ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

14 – É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- a) Critérios diferenciados de participação em programas.
- b) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- c) Cursos profissionalizantes.
- d) Bolsa família.

15 – A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em:

- a) pareceres técnicos e multidisciplinares.
- b) **motivos legítimos.**
- c) processo judicial competente.
- d) decisão judicial.

16 – A morte dos adotantes:

- a) restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- b) **não restabelece o poder familiar dos pais naturais.**
- c) não coloca fim ao vínculo existente com a família substituta.
- d) coloca fim ao procedimento de adoção.

17 – Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- a) Abandono marital.
- b) **Maus-tratos envolvendo seus alunos.**
- c) Agressão física.
- d) Bons índices escolares.

18 – O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo:

- a) encaminhado ao Ministério Público.
- b) encaminhado ao Conselho Tutelar.
- c) encaminhado à autoridade judiciária da comarca.
- d) **encaminhado à autoridade policial competente.**

19 – Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada:

- a) bolsa família.
- b) **bolsa de aprendizagem.**
- c) Frequência em cursos técnicos.
- d) Participação em treinamentos.

20 – É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

- a) **bebidas alcoólicas;**
- b) doces em excesso;

- c) materiais escolares superfaturados.
- d) Refrigerantes contendo açúcar.

21 – NÃO constitui atribuição do Conselho Tutelar:

- a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- b) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- c) requisitar certidões de antecedentes criminais e de boa conduta, quando necessário;
- d) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

22 – As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- a) pela autoridade policial, após consultado o Ministério Público.
- b) pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, após ordem do Ministério Público.
- c) pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- d) pela autoridade do Ministério Público, após receber os autos do Conselho Tutelar.

23 – O Conselho Tutelar é:

- a) órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.
- b) órgão permanente e independente, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em decreto.
- c) órgão permanente e independente, jurisdicional e consultivo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em documento próprio.
- d) órgão permanente e autônomo, jurisdicional e pacífico, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos por portaria própria.

24 – Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável:

- a) sem a pertinente bagagem.

- b) sem expressa autorização judicial.
- c) sem a presença de testemunhas.
- d) sem autorização policial.

25 – NÃO constitui medida aplicável aos pais ou responsável:

- a) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- b) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- c) destituição da tutela;
- d) encaminhamento a cursos de treinamento ou programas de interação;

ESTUDO DE CASO:

O Conselho Tutelar recebe a denúncia, feita por um vizinho, de que Mateus, com dez anos de idade, filho de pais separados vem sofrendo constantes agressões físicas por parte do atual companheiro de sua mãe. Investigando o caso, o(a) Conselheiro (a) Tutelar constata que, além dos maus tratos, Mateus está sem matrícula escolar, apresenta problemas de saúde decorrente de sua condição de diabético, sua mãe é alcoolista e seu padrasto, que é motorista, encontra-se desempregado.

Com base na Doutrina de Proteção Integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e em particular as atribuições do Conselho Tutelar, que encaminhamento você daria a esse caso?

Questão aberta, analisada mediante espelho a ser divulgada.